

TENDÊNCIAS/DEBATES

Os artigos publicados com assinatura não traduzem necessariamente a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular a debate das ideias brasileiras e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo.

O ministro Marcílio representa hoje uma garantia de estabilidade da economia?

Ameaça de interrupção

ANDRÉ LARA RENDEME

EM TERMOS

A crise política poderá desviar a economia do caminho certo, apesar da presença do ministro

A credibilidade conquistada pelo ministro e sua equipe é um fator fundamental para a estabilidade econômica neste momento. A simples possibilidade de troca da equipe poderia implicar a aceleração dos preços e a reversão do influxo de capitais externos.

Marcílio Marques Moreira assumiu o Ministério de Economia em situação especialmente difícil. A desastrosa gestão do primeiro ano do governo Collor levou ao paroxismo as agressões à economia e à sociedade perpetradas em nome da restauração da estabilidade de preços. A inflação estava artificialmente contida pelo congelamento e a ameaça de devaluação cruzando os bloqueados, bem próxima. Tudo levava a crer que se retiraria o padrão observado desde o fracasso do Plano Cruzado. Brucosa aceleração dos preços até a hiperinflação, para mais uma vez ser artificialmente contidos.

Sereno, o ministro enfrentou a inevitável alta da inflação dos primeiros meses concentrado em transmitir uma mensagem de coerência. A política antiinflacionária seria feita dentro dos parâmetros de uma economia de mercado, sem controle artificial de preços e fundamentada na restauração do equi-



librio fiscal. Coerente, resistiu a pressões contra a alta taxa de juros, inevitável para impedir a aceleração da inflação enquanto não há equilíbrio orçamentário. Desconvidou sugestões influentes para controlar preços e conter a abertura. Com uma equipe competente no Banco Central enfrentou uma corrida ao dólar que, ao se desmanchar, breiou a alta da inflação. Estabilizar a taxa de inflação, ainda num nível insuperavelmente alto, num contexto tão desfavorável é digno de aplauso. A política econômica do ministro não será, entretanto, capaz de restabelecer a estabilidade de preços. Os processos inflacionários crônicos não são passíveis de serem interrompidos de forma gradual. As reformas de

fundo, verdadeira garantia de sucesso de um programa de estabilização, são dificultadas pela longa recessão que acompanha a terapia gradualista. A restauração de um padrão monetário confiável, capaz de servir de âncora coordenadora de expectativas, é condição para estabilidade de preços.

A possibilidade que a crise política venha a interromper o incipiente projeto modernizador é a principal exceção para o apoio constringido ao governo que ainda se pode encontrar em alguns setores esclarecidos. O ministério que compõe o segundo governo Collor deve, por um momento, impressão de que se afiançará o discurso e a prática. Desilusão. O vendaval desencadeado a partir das denúncias de Pedro Collor compõem um quadro de assustadora verossimilhança.

O ministro Marcílio é hoje, com justiça, a esperança de que a crise política não provoque ainda maiores estragos à economia. Infelizmente não há porque acreditar que sua simples presença no ministério seja capaz de garantir que uma crise política prolongada não venha contaminar a economia. Se sua política era correta mas insuficiente, corre hoje o risco de ser atropelada pela política. A reforma fiscal foi adiada e o uso político de verbas públicas exacerbadas por Alguém disse há alguns meses que o ministro Marcílio estava no caminho certo, mas parado. A crise política pode, apesar do ministro, desviar a economia até mesmo do caminho certo.

ANDRÉ LARA RENDEME, 40, doutor em economia pelo Instituto de Tecnologia de Massachusetts (EUA), é vice-presidente executivo do Banco de Investimentos do Diretor de Dívida Pública e Mercado Aberto do Banco Central.

A credibilidade precisa ser resgatada

ODED GRAJEW

NÃO As revelações da imprensa têm o efeito de um obus contra a rede protetora de seda tecida por Marcílio

Nada tenho contra a figura do ministro Marcílio Marques Moreira. Mas no Brasil dos nossos tempos, nenhum ministro por si só conseguirá a estabilização da economia. Personalidades tão respeitadas como Dilson Funaro, Bresser Pereira e Mailson da Nóbrega também não trouxeram a estabilidade. A cada um falharam as condições indispensáveis para a estabilização.

Marcílio Marques Moreira é o regente da política econômica de um governo cuja credibilidade foi abalada. A credibilidade é uma condição indispensável para a conquista da estabilidade econômica. A inflação de 22% que se repete a cada mês é o sintoma da doença crônica da incerteza que assola os agentes econômicos. O antibiótico dos juros altos se tornou mais que ineficaz; agora, realmente a inflação e

eleva ainda mais a dívida pública, num círculo vicioso interminável.

Se os agentes econômicos levavam diariamente seus preços para se proteger de incerteza e acompanhar as taxas de juros, a suspeita do movimento do presidente da República com as operações duvidosas de seu ex-tesoureiro de campanha aumenta ainda mais a insegurança em relação ao dia de amanhã. As revelações diárias de uma imprensa diligente têm, sob as expectativas dos agentes econômicos, o mesmo efeito de um obus contra a delicada rede de proteção de seda que o ministro Marcílio pacientemente tece, ao procurar convencer a todos que não haverá novo choque na economia ou mudanças bruscas nas regras do jogo.

Não estou aqui defendendo a inocência ou o impeachment do presidente. A Constituição lhe garante o exercício do cargo até que o Congresso Nacional se pronuncie. No entanto, uma coisa é certa: se o CPI do Congresso não produzir resultados realmente convincentes, se o presidente não conseguir resgatar a credibilidade do Executivo, o ministro jamais conseguirá estabilizar a economia, chame-se Marcílio, Akio Morita ou papa João Paulo 2º.

Pior: a política recessiva não nos

conduzirá à estabilidade. Recessão significa menos investimentos e encolchimento da capacidade produtiva. No dia em que a demanda volta a aumentar, a produção não dá conta e os preços explodem, obrigando a novo choque.

Todos os países que conseguiram a estabilização econômica, como Israel, Espanha e México, fizeram-na através de uma política de recuperação das finanças públicas, combinada com um amplo acordo de rendas que garante a volta do crescimento econômico. No caso de Israel, vale a pena recordar as palavras do ministro Shimon Peres, aos empresários do PNBE, na presença de Jair Menguelhi e Luiz Antônio Medeiros, em 1988: "A credibilidade do governo foi o sucesso de nosso plano de estabilização da economia".

A equipe do ministro Marcílio é competente, com destaque para os responsáveis por Qualidade e Competitividade (PBQP). Seria uma pena que todo esse trabalho, já bastante difícil de prosperar num quadro recessivo, seja pulverizado pela grave crise de credibilidade na qual mergulhou o Executivo.

ODED GRAJEW, 46, empresário, é coordenador do PNBE (Fornecimento Nacional das Bases Empresariais).

Seguro contra desastres

EDUARDO GIANNETTI DA FONSECA

SIM O ministro significa hoje uma salvaguarda contra as aventuras desastrosas e o populismo heterodoxo

A resposta do empresariado brasileiro e da comunidade financeira internacional é clara. Na mesma noite em que o ministro Marcílio recebeu, em São Paulo, um expressivo voto de confiança de 43 entidades empresariais, sua equipe de negociadores externos conseguiu finalmente fechar, em Nova York, um acordo bastante favorável para a renegociação da dívida externa com os bancos credores. O apoio interno e o acordo externo mostram que o ministro Marcílio e sua equipe inspiram confiança. Eles representam hoje, dentro e fora do país, um importante fator de credibilidade política e estabilidade econômica.

Obviamente, não se trata de uma garantia absoluta de estabilidade, o que seria de qualquer modo irrealista esperar num momento de aguda turbulência. Trata-se, apenas, da promessa de estabilidade possível nos marcos de um quadro econômico que, se já era deli-

do e preocupante antes da crise, foi sem dúvida muito agravado. A grande questão é como criar um cordão de isolamento para impedir que o esforço de reforma estrutural e estabilização seja irremediavelmente comprometido pelo estardalhaço pelo vendaval que assola a cúpula do governo federal. Até que ponto a tempestade no céu da política pode afetar o barco da economia?

Muito dependerá do desfecho da crise política. Salvo algum fato novo e de efeito ainda mais devastador que as denúncias das últimas semanas, o poder de fogo da oposição parece temporariamente neutralizado. Na prática, existem apenas dois grupos bem definidos de atores que têm condições hoje de levar Collor ao xeque-mate da renúncia. São precisamente aqueles que estão mais próximos do presidente e dele há o sustento político. Os líderes do PFL no Congresso e nos Estados (incluindo Brizola) e os principais ministros de seu governo. Como nada até agora indica que membros desses dois grupos estejam dispostos a reverter suas posições, o misto provável mesmo continua sendo que Collor não fique só e consiga sobreviver na Presidência.

Enquanto isso, o barco da economia não naufragou, não perdeu o rumo e, embora combatido pela recessão, vai atravessando, com razoável e até mesmo surpreendente robustez, a tem-

parte. Parte da explicação é a própria coragem da equipe econômica de que o ministro Marcílio representa de fato uma salvaguarda contra o experimentalismo desastrosado e o populismo heterodoxo que fizeram do gráfico das taxas de inflação mensal no Brasil nos últimos sete anos alguma coisa semelhante ao gráfico de uma bomba cujo vilitado por sucessivos enfiar.

O estreitamento da base de sustentação do presidente reforça o poder de barganha das lideranças governistas — políticos e governadores que, de um modo geral, estão mais comprometidos com o acesso a recursos federais e a apelar para o voto imediato de um novo congelamento, preflexão, dolarização etc. A presença de Marcílio no governo é um excelente seguro contra o risco de que o presidente, isolado e acuado, venha a fazer da política econômica uma arma na sua luta pessoal para sobreviver no poder.

EDUARDO GIANNETTI DA FONSECA, 35, é doutor pela Universidade de Cambridge, professor de Física Econômica e Administrador da Universidade de São Paulo (FEA-USP) e presidente do Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial.

PAINEL DO LEITOR

Pede-se que as cartas não ultrapassem 15 linhas e que contemplem nome completo, assinatura, endereço e se possível telefones. Para atender mais leitores a Folha se reserva o direito de publicar trechos representativos das cartas recebidas

Erros de Collor "Li dia 7/07, na última página da Ilustrada, o artigo de Arnaldo Jabor 'Collor calculou cada um dos seus erros'. Recorrei, vou emoldurar, ler e reter quantas vezes forem necessárias. É uma análise psicológica, econômica, social com prestígio, objetividade e sensibilidade. Parabéns Jabor, por sua inteligência, criatividade e perspicácia; e à Folha, por brindar os seus leitores com a oportunidade de ter entre os seus articulistas a excelência do jornalismo." Rosa Araújo (São Paulo, SP)

"O presidente não pode alegar ignorância. Não pode ficar fazendo jogo de encaixe. Teatro é bom, se autêntico. Enquanto mandatório maior da nação, o sr. Collor tem que dar exemplo, tem que jogar o jogo da verdade, ainda que essa verdade possa significar o seu afastamento da Presidência." Robson Rodrigues Arantes (Assis, SP)

"Fernando Collor, com seus bilhetes, passou a imitar Jânio Quadros. Chegaria à imitação até a última e crucial atitude do ex-presidente?" Afonso Silveira Meireles (São Paulo, SP)

Cheques da Manchete "Não querendo ser insistente, volto a comentar a reportagem de 17/06/92, pág. 2-7, publicada nesse jornal, sob o título 'Banco do Brasil cobra cheque sem fundos da Manchete', agora para fazer alguns reparos aos 'esclarecimentos' prestados pelo jornalista Hugo Stuardt ao comentar nossa carta de 17/06/92, publicada na seção PAINEL DO LEITOR de 24/06/92. Em primeiro lugar, é importante registrar que os contatos, por telefone, com o repórter foram realizados após a publicação da reportagem, mas, no momento em que ainda não tínhamos conhecimento do seu teor, porque os jornais do sul do país somente são distribuídos, em Aracaju, no período da tarde. Por outro lado, não afirmei que me recordava 'vagamente' das operações mencionadas — o Banco do Brasil autorizou a Rede Manchete de Aracaju a sacar 28 mil cheques sem fundos, no governo Sarney (período de 17 de fevereiro de 1988 a novembro de 1989, segundo o jornalista) no total de mais de US\$ 50 milhões — que continuam me parecendo arreiosais. O que disse foi que o Grupo Bloch era o tradicional dono do Banco do Brasil e que não tinha conhecimento de nada irregular, a não ser uma vaga lembrança de que, em nível de agência, ocorria, eventualmente, que os sacados de duplicatas descontadas pelo referido grupo não honravam o pagamento nos seus vencimentos, gerando alguns devolvedores que eram cobertos, seja com depósitos ou com entrega de novos títulos para desconto. Como o saldo devolvido gerava a cobrança de juros elevados, os dirigentes da Manchete costumavam manter contato conosco para reclamar. Quando, porém, não queriam pagar, a presença de bancários na primeira semana de março de 1988."

Camillo Calzavara de Magalhães, ex-presidente do Banco do Brasil (Aracaju, SE)

Resposta do jornalista Hugo Stuardt "A notícia publicada diz achar 'inverossímil' já foi confirmada publicamente pelo presidente do Banco do Brasil, Lafaete Coutinho. Ele tem razão quando sugere que não foi o principal responsável pelos saques a descoberto da Manchete. As operações iniciaram no final de sua gestão, mas não foram feitas sob a gestão de seu sucessor, Mário Bernard."

Reciclagem de jornal "O jornal é bem útil, porém o diário que não dá a ele depois de lido é inflado, não tem valor e acaba no lixo. É antieconômico e antiecológico. Por isso dou a sugestão: seria interessante que a Folha entrasse em contato com alguma entidade beneficente e fornecesse o endereço dos pontos para que o jornal velho fosse reciclado." Olga Alvarez Moreirel (São Paulo, SP)

Fim do FGTS "O governo pretende acabar com o FGTS. Não há razão para se eliminar algo que acabou com as antigas ordens mandas entre patrões e empregados. O

FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) deveria sofrer modificações. O FGTS é muito mais importante que o seguro-desemprego." Osmael Chiavelli Puga (Apucarana, PR)

Secretárias



"Parabéns pela reportagem do último domingo, em Emprego, sobre a profissão de secretária. A única ressalva fica por conta da 'pladinha' sobre reuniões que, infelizmente, revela a forma distorcida que a sociedade tem de encarar esta profissão. Informamos ainda que dividimos com a Folha os cumprimentos que recebemos dos Sindicatos de Secretárias de outros Estados, como Bahia, Rio, Pernambuco, Santa Catarina, Paraná, Minas." Lelda Borbato de Moraes, presidente do Sindicato das Secretárias do Estado de São Paulo (São Paulo, SP)

Impostos e dogmatismo "O motivo que me leva a reclamar da Folha não é o nível dos impostos (como qualquer um, de resto, tem de pagar-lhes), mas a superficialidade e o dogmatismo com que a Folha trata certos assuntos bastante complexos, como é o caso dos tributos, encampando opiniões no mínimo discutíveis. Não entro no mérito das enormes diferenças metodológicas, que levaram a conclusões tão discrepantes. Quero comentar apenas o seguinte: temos de aceitar passivamente a afirmação da Folha de que a carga tributária paga pelos brasileiros é uma das mais elevadas do mundo? Cade os números de outros países? Por certo que essa afirmativa contraria a do insuspeito DeCliff Neto, que num de seus artigos das quatro-feiras na Folha disse que a carga tributária no Brasil não é elevada; mas sim mal distribuída." Jaime Fernández Gallana (São Paulo, SP)

Ônibus em Porto Alegre "A passagem de ônibus urbano de Porto Alegre teve seu sétimo aumento da tarifa no ano, acumulando um aumento de 323,06% para uma inflação de 241%. A Prefeitura de Porto Alegre é comandada pelo sr. Olívio Dutra, do PT; que como podemos notar quer que os trabalhadores da cidade andem à pé, pois o preço da passagem passou dos limites." Marcelo S. de Aguiar (Porto Alegre, RS)

Velhas mágoas "Dia 9 de julho foi festejado num aniversário da Revolução de 1932, quando São Paulo lutou pela democracia do país. Uma afronta a essa magnífica luta, onde morreram tantos paulistas, é a placa de bronze aposta na praça do Expedicionário, na avenida Paulista, coração de São Paulo, pela prefeita da capital, que veio de alicurs para chafurdar a memória dos heróis constituintes! É que, nessa miserável placa de bronze, está a carta-testamento do ditador Getúlio Vargas, que combatu contra São Paulo." Orlando Veloso de Almeida (São Paulo, SP)

ÔNULO DO LEITOR

8 das 21 cartas recebidas pelo PAINEL DO LEITOR na semana passada criticavam a decisão do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) de não analisar projetos de pesquisas por não poder financiá-los.

ERRAMOS

— Ao contrário do que publicou a coluna Juye Pasowitch ontem, Roberto Maylert não foi sondado por Leopoldo Collor para cuidar das empresas de sua família em Itacaré.

A reportagem "C" e Vieira obtém

— invés antes do confisco", publicada na pág. 1-4 da edição de 9 de julho do caderno Brasil, tem um erro no primeiro parágrafo. Onde se lê, na oitava linha, "uma semana antes do bloqueio dos cruzados", leia-se: "dez dias antes do bloqueio dos cruzados".